

**CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO DE ESPECIALIZAÇÃO DE GÊNERO E
DIVERSIDADE NA ESCOLA**

CLÁUDIA COELHO OLIVEIRA

FAMÍLIAS PÓS MODERNAS: NOVOS CONCEITOS E TRANSFORMAÇÕES

**SANTA LUZIA
2016**

**CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO DE ESPECIALIZAÇÃO DE GÊNERO E
DIVERSIDADE NA ESCOLA**

FAMÍLIAS PÓS MODERNAS: NOVOS CONCEITOS E TRANSFORMAÇÕES

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Banca Examinadora da Universidade Federal de Minas Gerais, para a obtenção do grau de pós-graduação no Curso de Especialização de Gênero e Diversidade na Escola, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Ângela Vorcaro.

SANTA LUZIA

2016

Dedico essa monografia ao meu filho David Coelho e ao meu esposo Valdeci Evangelista, por terem me apoiado e me dado força até o último momento.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, por mais esse feito.

À Universidade Federal de Minas Gerais, pela disponibilização deste curso, aos professores Ângela Vorcaro, Thiago Coacci e Leandro Oliveira.

SUMÁRIO

RESUMO/ABSTRACT.....	V
INTRODUÇÃO.....	01
1. MODALIDADES FAMILIARES RECONHECIDAS LEGALMENTE NO BRASIL.....	08
1.1. FAMÍLIAS TRADICIONAIS E SUA RELAÇÃO COM AS NOVAS MODALIDADES FAMILIARES.....	17
1.2. VIOLÊNCIA E RELAÇÃO FAMILIAR: sua relação com a evasão escolar.....	21
2. A ESCOLA E SEU NOVO PAPEL CONSCIENTIZADOR	24
2.1. A QUESTÃO DE GÊNERO.....	26
2.2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA QUANTO AO GÊNERO.....	28
2.3. BULLYNG: COMO OS PROFESSORES DEVEM LIDAR?	29
3. AS MÍDIAS E A QUESTÃO DE GÊNERO.....	31
3.1. O PRECONCEITO GERADOR DE VIOLÊNCIA: ONDE NASCE? QUEM O PROPAGA?	33
CONCLUSÃO	35
BIBLIOGRAFIA	40

FAMÍLIAS PÓS MODERNAS: novos conceitos e transformações

RESUMO:

As mudanças ocorridas no conceito de família nos últimos cinquenta anos referendam a importância desta pesquisa, onde buscou-se mostrar e explicar as novas modalidades familiares previstas e protegidas pelas leis brasileiras, seu desdobramento social, vantagens e dificuldades enfrentadas e o papel da escola na “atualização” do conceito de família para as próximas gerações. Também abordou-se o papel de alguns grupos sociais como geradores de preconceito e violência frente às novas famílias.

ABSTRACT:

The changes in the family concept in the last fifty years endorses the importance of this research, which sought to show and explain the new family arrangements and protected by Brazilian law, its corporate split, faced advantages and difficulties and the school's role in "update "the concept of family for generations to come. The role if approached some social groups as bias generators and violence ahead to new families.

INTRODUÇÃO

Por muitos séculos o conceito de família, aquele que vemos definido em dicionários, permaneceu imutável. Como vemos em Ariés (1981) e Costa (1979). Era o conjunto de pessoas com laços sanguíneos, em núcleos mais próximos ou mais distantes, ou seja, pais, avós, filhos, netos e, sobrinhos, primos, tios e tias. Ciências como a Heráldica dedicam-se à pesquisa e descrição de longas árvores genealógicas, seus brasões, selos e demais signos particulares, em especial para as famílias da nobreza de países monárquicos e para famílias de povos que valorizam especialmente os laços consanguíneos, como os judeus e japoneses, por exemplo.

Com as transformações histórico-sociais decorrentes do passar do tempo e da especialização das sociedades, o conceito de família sofreu alterações e chegamos ao século XXI, nos países ocidentais, dentre eles o Brasil, com leis e aplicações legais que preveem e garantem os mesmos direitos e deveres a todas as formas e modalidades de famílias. O casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, a declaração pública de união estável entre duas ou mais pessoas, de ambos os sexos, a adoção por solteiros, casais homo afetivos ou pessoas em relações plurais (poliamor), são todas situações previstas pelas leis brasileiras e todas levam à formação e aceitação legal de novas modalidades de famílias.¹

Leis decorrem da expectativa de que a sociedade conta com recursos capazes de fazer conviver o interesse público com o domínio dos desejos particulares. A universalidade da lei, assenta no respeito à diversidade, garante os instrumentos necessários ao exercício dos direitos, mas também assinala os limites à ação. O campo legal é um antídoto natural à violência, tão inerente à humanidade. O reconhecimento efetivo dos direitos das novas famílias, as famílias pós modernas, ainda é incipiente e são frequentes os abusos de seus lugares de direito, ainda que se tente assegurar-lhes esses direitos, o cenário ainda é de estranhamento e hostilidade.

Diversos questionamentos surgem *a fortiori*:

Quais os impactos sociais dessas novas famílias?

¹ Na Constituição de 1988, em seu artigo 226 §4º, como vemos em (Santos, 2009), mudanças significativas foram feitas e homologadas sobre a família no Brasil. Essas mudanças possibilitaram que pessoas solteiras e ou apenas um dos pais biológicos, obtivessem a guarda legal de uma ou mais crianças, independente da orientação sexual dessas pessoas.

Seus direitos são, de fato, respeitados?

São socialmente e culturalmente aceitos?

Responder a essas questões e a todas as outras que forem surgindo é o objetivo principal desta pesquisa e para alcançá-lo, recorreremos à Literatura, Internet, Cinema, programação de Tv paga e artigos científicos, tudo sob o olhar do conceito de pós-moderno ou pós-modernidade. Ainda que amplas, essas questões podem ser respondidas a partir de observação empírica, no cotidiano das famílias à nossa volta, inclusive dentro de nossa casa, onde um filho gay nos abriu novos horizontes de possibilidades.

Tendo sido educada em uma família de padrões convencionais e passado de filha a esposa, sem maiores vivências fora do âmbito familiar, carregado de preconceitos variados, deparei-me com o desafio de ter um filho único, homossexual.

Ao ingressar neste curso, pós-graduação de especialização de gêneros e diversidade na escola, foi que pude compreender melhor a situação de meu próprio filho.

A partir das palestras, fui ampliando meus horizontes para os temas LGBT e pude então conversar abertamente com ele, meu filho, inquirindo-o sobre sua sexualidade. Percebi suas dificuldades, seus dilemas e até seus problemas de auto-aceitação.

Tento apoiá-lo o máximo possível, mas o pai dele, meu marido, ainda não sabe oficialmente, nem qualquer outra pessoa da minha família, onde esses assuntos ainda são tabu.

O conceito de *pós-modernismo* foi registrado primeiramente na Espanha, na década de 1930, por Frederico de Onís, mas apenas no final da década de 1970, em 1979, o filósofo francês Jean-François Lyotard trouxe novamente o assunto à baila com seu livro *A Condição Pós-Moderna*. Originalmente, tratava-se de uma referência à perda da historicidade, mas Lyotard redefiniu o conceito como “o apagamento da fronteira entre alta cultura e cultura de massa”. Um conceito novo e abrangente, com ícones como Andy Warhol e John Cage como seus divulgadores. Movimentos como o *punk* e a *new wave*, ambos ingleses, também tem suas bases no *pós-modernismo*, como vemos em Jameson.

Jameson aponta a imbricação entre as teorias do pós-modernismo e as “generalizações sociológicas” que anunciam um tipo novo de sociedade, enquanto Rouanet e Saviani nos dizem:

“A consciência pós-moderna não corresponde uma realidade pós-moderna...ela é um simples mal estar da modernidade...” (Rouanet, 1987)

“...reconhece no pós-moderno tão somente efeitos de uma época de ‘fragmentação’ e ‘superficialidade’, um período de ‘decadência da cultura’, de ‘esvaziamento do trabalho pedagógico’...” (Saviani, 1992)

Chega-se então a mais alguns questionamentos sobre a “família pós-moderna”:

Qual seu impacto para a cultura da sociedade em que está inserida?

Qual seu impacto para a educação?

Como professores e alunos podem e devem interagir nessa nova realidade?

Mais uma vez, trata-se de questões amplas, mas que podem ser respondidas por observação empírica cotidiana, sem que seja necessário o trabalho de campo propriamente dito, com entrevistas e respostas a questionários.

Segundo Ghiraldelli Jr. (1994), surge um receio de que essas novas famílias deixem de ser uma minoria pitoresca e passem a ser dominantes e majoritárias na sociedade pós-moderna, o que cria um impasse cultural, já que as famílias tradicionais não parecem dispostas a ceder seu espaço ou seu *status* de baluarte da sociedade. Lima, falando-nos dos “pós-modernos”:

“No campo da moral, existe a tendência à tolerância, o respeito às diferenças, o pluralismo...No campo da educação, existe o discurso por um ensino e uma pesquisa inter ou transdisciplinar...O culto ao progresso, o culto à ciência e o culto à razão, e o desprezo às outras formas de conhecimento...” (Lima, 2004)

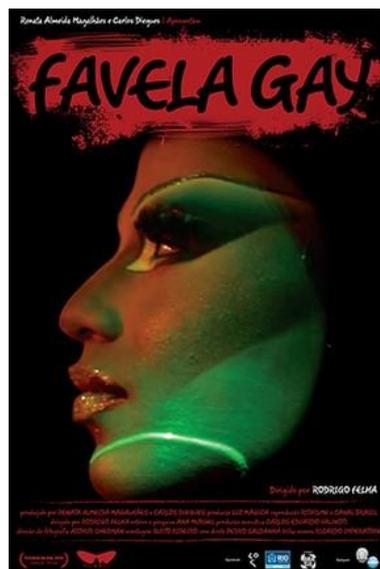
Freud e Reich estabeleceram a conexão entre repressão sexual e psicopatologias, a sociedade pós-moderna vem trazendo o favorecimento ao hedonismo através das mídias, é aquilo que Debord (*La société du spectacle*, 1967) chama de “sociedade espetáculo”, ou seja, anula-se a dimensão do privado. De certa forma, famílias não convencionais sempre existiram, na prática, mas até o século XXI, mantinham-se discretas, marginalizadas, sem direitos, reprimidas. Agora encontraram sua voz, depois de muitas lutas e avanços histórico-sociais. Como podemos, em especial na Educação, lidar adequadamente com um conceito formal tão novo?

De um lado temos o “novo” sendo escancarado pelas mídias, ensinando-nos sobre a diversidade e sobre preconceitos, mas sobretudo, ensinando-nos sobre respeito e de outro, temos os conservadores, em várias vertentes, religiosos ou não (pentecostais, islâmicos, skinheads, etc.), lutando agressivamente contra os novos padrões sociais e ou familiares. O mal-estar pós-moderno é

visível, até trivial, basta que leiamos os jornais em suas páginas policiais, travestis e transexuais são vítimas diárias de agressões e homicídios, o bullying nas escolas contra crianças adotadas ou filhos naturais de casais homo afetivos, pessoas sofrendo discriminação profissional por sua orientação sexual, sua aparência, etc.

O documentário Favela Gay, de Rodrigo Felha, veiculado pelo Canal Brasil, em Tv paga, nos mostra bem o cotidiano de homossexuais em favelas (comunidades) do Rio de Janeiro, deixando clara a importância fundamental da família e do respeito da sociedade, do meio em que vivem, para o seu crescimento e sobrevivência com dignidade.

Figura 1: “Favela Gay” traz o cartaz do Documentário dirigido por Rodrigo Felha em 2013.

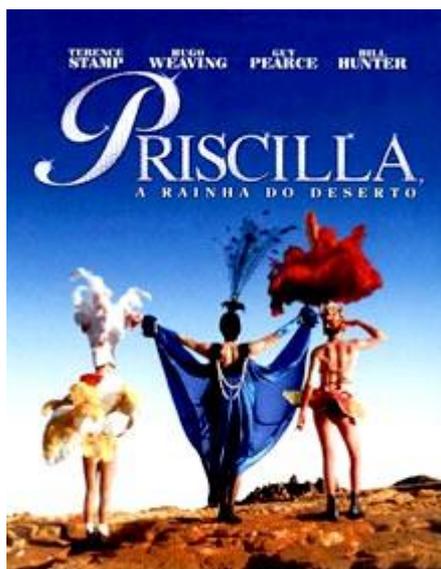


Fonte: Filmow - A sua rede social de filmes e séries.²

Vemos ainda no filme, Priscilla A Rainha do Deserto, o processo de descoberta e auto aceitação, do homossexual, suas questões, ele com ele mesmo.

Figura 2: “Priscilla, a rainha do deserto”, filme ganhador do Oscar como melhor figurino em 1995, dirigido por Stephan Elliot e Stephen Elliot.

² Figura 1 – Disponível em: < <https://filmow.com/favela-gay-t80323/>> Acesso em fevereiro de 2016.



Fonte: Telecine – O melhor do Cinema³

A mesma questão da auto aceitação é vista no filme Para Wong Foo, obrigada por tudo!, também é vista a questão da auto estima.

Figura 3: “Para Wong Foo, Obrigada por Tudo! Julie Newmar”, filme dirigido por Beeban Kidron em 1995.



Fonte: Página Filmes de Comédia Dramática AdoroCinema.com⁴

³ Figura 2 – Disponível em: < <http://telecine.globo.com/filmes/priscilla-a-rainha-do-deserto/#premios>> Acesso em fevereiro de 2016.

⁴ Figura 3 – Disponível em: < <http://www.adorocinema.com/filmes/filme-13598>> Acesso em fevereiro de 2016.

Outras questões delicadas vêm se juntar à questão da homossexualidade no filme *Hoje eu quero voltar sozinho*, onde a deficiência visual e o bullying escolar estão no centro das atenções. Figura 4: ”Hoje Eu Quero Voltar Sozinho” longa-metragem dirigido por Daniel Ribeiro em 2014.



Fonte: Página Cinema 10⁵

A pós-modernidade marca a queda da “Lei do Pai”, tema tão estudado e divulgado por Jacques Lacan e seus alunos, em especial na teoria do Nome do Pai⁶. Lacan “introduziu” a imagem do pai como o castrador, o dono das leis, em detrimento da teoria freudiana que coloca o pai como o Laio, do mito de Édipo, o pai rival, o velho que é derrotado pelo jovem, o totem da tribo que cai dando lugar à mãe. Mas, como interagir o “velho” e o “novo” de forma plena e pacífica? As questões vão se abrindo e dando-nos margem a ampliação do campo de pesquisa, unindo diversos segmentos como Psicanálise, Filosofia, História, Sociologia e Direito, para encontrarmos o ponto comum, a Educação, foco e objetivo desta pesquisa, situando-a também extra classe, já que o processo de ensino não pode ser tratado como atividade restrita ao espaço da sala de aula.

O trabalho docente é uma das modalidades específicas da prática educativa mais ampla que ocorre na sociedade. Sendo a educação uma prática social que ocorre em vários lugares, instituições e atividades humanas (família, escola, trabalho, igrejas, etc.).

“O trabalho docente é parte integrante do processo educativo mais global pelo qual os membros da sociedade são preparados para a participação na

⁵ Figura 4 – Disponível em: < <http://cinema10.com.br/noticias/oscar-2015-hoje-eu-quero-voltar-sozinho-foi-escolhido-10756>> Acesso em fevereiro de 2016.

⁶ Os Nomes do Pai em Jaques Lacan, Erik Porge.

vida social. A educação...é um fenômeno social...atividade humana necessária à existência e funcionamento de todas as sociedades. Cada sociedade precisa cuidar da formação dos indivíduos...prepará-los para a participação ativa e transformadora nas várias instâncias da vida social...o processo de prover os indivíduos dos conhecimentos e experiências culturais que os tornam aptos a atuar no meio social e transformá-lo em função de necessidades econômicas, sociais e políticas da coletividade. Através da ação educativa o meio social exerce influências sobre os indivíduos e estes, ao assimilarem e recriarem essas influências, tornam-se capazes de estabelecer uma relação ativa e transformadora em relação ao meio...” (Libâneo, 1992, pp. 16/17)

Cabe à Educação, principalmente à ação educativa cotidiana, nas escolas e nos lares, igrejas e mídias em geral, conscientizar e educar para o novo, para as novas famílias e sua pluralidade, sua ligação a partir dos afetos e não da consanguinidade.

“Tais influências se manifestam através de conhecimentos, experiências, valores, crenças, modos de agir, técnicas e costumes...assimilados e recriados pelas novas gerações...” (Libâneo, 1992, p. 17)

A Educação é fundamental para a compreensão das mudanças na organização social e, a família é a base da sociedade. A escola por outro lado, é o meio privilegiado para o repasse das ideologias, por isso, tem-se que cuidar dos ideais. As minorias também podem e devem elaborar e organizar concretamente seus interesses, objetivos e meios do processo educativo, alinhados com as lutas pela transformação do sistema das relações sociais vigentes. São os seres humanos que, na diversidade das relações recíprocas em diferentes contextos, dão significado às coisas, pessoas e ideias. É socialmente que se formam as ideias, opiniões e ideologias. Não vivemos apenas na era da comunicação, vivemos sobretudo a virulência de uma comunicação planetária.

Mas nem só de aceitação vivem as novas famílias, uma boa dose de refração as sobrecarregam, não somente por parte dos conservadores convictos comuns, mas também por intelectuais e pensadores, que incluem esses núcleos familiares no irônico rol do “politicamente correto”. Este conceito, “politicamente correto”, segundo o filósofo Luiz Felipe Pondé⁷, é um ramo do pensamento de esquerda americano, resumindo, um problema de educação e etiqueta, que deve impedir às pessoas em geral, de serem grosseiras com as minorias, entre elas negros, mulheres e homossexuais, a criação de uma nova consciência social.

“...nada de revolução violenta, nada de destruição do capitalismo, mas sim de acomodação do status quo econômico às demandas de inclusão dos grupos de excluídos.” (Pondé, 2012, p. 30)

⁷ Apesar de o filósofo brasileiro Luiz Felipe Pondé ser uma referência polêmica por suas ideias conservadoras, é bastante representativo como exemplo do pensamento conservador da “família tradicional”. Academicamente consistente por suas inúmeras publicações e sua titulação forte (PhD em Filosofia pela Universidade de Tel Aviv), serve bem para as citações deste trabalho.

Os dois lados da questão, a favor ou contra, precisam ser observados para que alcancemos a totalidade dos novos conceitos e das transformações decorrentes. E por fim, é preciso que demos voz às próprias famílias, ouvindo-as em seu próprio ambiente, sobre suas próprias questões. Leis, estatísticas, teorias, nada é ou pode ser mais importante do que a realidade cotidiana dessas famílias.

1. MODALIDADES FAMILIARES RECONHECIDAS LEGALMENTE NO BRASIL

A família tem mudado, calcando-se mais nos laços afetivos e menos nos laços consanguíneos, ainda que esses não sejam jamais esquecidos e tenham seus direitos legais garantidos invariavelmente. As novas configurações familiares, as alterações nas leis de adoção e a nova abordagem sobre as modalidades familiares abriu diálogo com novos subsistemas no sistema chamado família, essas famílias trocam informações com outros sistemas, a escola, por exemplo, influencia e recebe influência do meio ao qual está inserida.

Sem dúvida, o ponto inicial para todas mudanças foi a aprovação da lei do divórcio, na década de 1960, 1969, no Brasil. Dentre os organismos ou sistemas sociais e jurídicos, a família foi o que sofreu mais e maiores alterações, na compreensão e na extensão, passando de algo amplo a restrito e recuperando a amplitude. Nas civilizações cavernícolas e posteriormente tribais, seus indivíduos viviam endogamicamente, as relações de parentesco, quanto a incesto, ficavam em segundo plano, apenas a mãe era reconhecida, posteriormente, os homens passaram a buscar mulheres fora de suas tribos, até que tornou-se tabu relacionar-se com suas parentes.

A sociedade romana atribuía importância fundamental à família, tratava-se de um organismo vivo e de amplo espectro social, econômico, religioso e jurídico, com todo o poder centralizado no pai, provedor e mantenedor. Os filhos eram tratados conforme o sexo. O filho só adquiria a condição de *sui juris* com a morte do pai e assim podia constituir nova família ou assumir a sua se fosse o primogênito ou o homem mais velho na linha de sucessão, caso o pai não tivesse filhos homens. As filhas se casavam o mais cedo possível e passavam a pertencer às famílias de seus maridos, como vemos em (Santos, 2009).

Durante a Idade Média, era claro o domínio da Igreja sobre tudo, inclusive as famílias. Havia o pai de família, mas acima dele, muito mais do que o rei, estava a Igreja como representante do Pai do Céu. Somente os casais legitimamente casados por um padre eram reconhecidos como tendo o direito e o dever de constituir famílias legítimas. Os filhos ilegítimos jamais eram reconhecidos.

Somente no século XVIII, em 1767, na França, surgiu o casamento civil, onde o Estado legitimava o casal em detrimento da Igreja, mas até que se chegasse a esse ponto, séculos de

revoluções e reformas foram necessários. Com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, durante a Revolução Industrial, a ideia de igualdade entre os sexos começou a nascer, mas levaria séculos até que se fortalecesse e se efetivasse. Toda essa contextualização histórica, se faz necessária, para que vejamos as transformações nos moldes familiares.

No Brasil, somente em 1890 o casamento civil foi reconhecido, mas foi somente com a Constituição de 1988 que de fato houve a ampliação do conceito de família, reconhecendo-se as uniões estáveis e a monoparentalidade. O texto da lei, em seu artigo 226 §4º diz:

“...no sentido restrito, a família não só compreende o conjunto de pessoas unidas pelo vínculo do matrimônio e da filiação...também é considerada como família a monoparental ou unicelular.” (Constituição Federal, 1988, art. 226 §4º)

Foram precisos mais de quatro séculos para que alguma mudança legal se desse no Brasil no tocante ao conceito de família. A separação dos casais na década de 1950 não dissolvia os vínculos conjugais, nem admitia novo casamento. Em 1942 foi introduzido no Código Civil, artigo 315, o Desquite, ou seja, separação sem dissolução de vínculos. Houveram mais mudanças legais relacionadas à família nos últimos vinte e sete anos do que nos quatro séculos anteriores.

Com o reconhecimento da monoparentalidade, surgiu um novo núcleo familiar, porém, na prática, já existia desde o início da humanidade, onde apenas um dos genitores, *a priori*, referindo-se apenas a genitores biológicos, era presente. Desde 1988, no Brasil, não dependia mais de algum fator involuntário como viuvez ou divórcio, havia a possibilidade e o reconhecimento da opção. Surgiu então a nova modalidade familiar da “concepção em celibato”, por inseminação artificial de doador anônimo ou os famosos “bebês de proveta”.

O celibato é um estilo de vida bastante em uso, e não significa propriamente sem sexo ou solitário, o que ocorre é a inexistência de uma relação formal, onde duas pessoas assumam-se genitores. É o caso das chamadas “produções independentes”. De acordo com o IBGE, no Censo Demográfico 2010, na faixa de 20 a 29 anos, o número de homens solteiros era de 22.451.882 e o de casados 8.144.557. Entre as mulheres as solteiras eram 18.948.160 e casadas 8.765.305.

Seja por concepção tradicional ou artificial ou ainda, em muito menor número, concepção por barriga solidária, mais procurada por homens, as famílias monoparentais desfrutam dos mesmos direitos e deveres das famílias tradicionais desde 1988, no Brasil. Apesar de bastante comum, em especial nas classes menos favorecidas financeiramente, as famílias monoparentais onde apenas a mãe e os filhos vivem juntos ainda sofrem preconceitos. A mulher é menos

respeitada do que aquela que é casada, é menos valorizada no mercado de trabalho e passa por diversos constrangimentos sociais. Eis algumas declarações de pensadores brasileiros sobre esse assunto:

“...campanhas sociais...no Reino Unido defendem a condição de mãe solteira como ganho da emancipação feminina...criança sem pai é estatisticamente mais permeável à disfunção social...o que as feministas chamam de ‘fim da família patriarcal’...tem criado um cenário de desespero no Reino Unido.”.
(Pondé, 2012, pp. 209/210)

Isso saído da pena do filósofo que também diz, na mesma obra, que “mãe solteira só é bonito na novela das oito” e que “mulher gosta é de dinheiro”, em pleno século XXI. Mas também temos estudiosos e pensadores mais atualizados:

“...cresce na sociedade industrializada o número de pessoas que querem viver sozinhas. Em 1995, uma em cada cinco famílias brasileiras era chefiada por mulheres, que acumulavam a educação dos filhos com a profissão. A realidade desmentia a visão de que filhos criados longe do pai estariam predestinados a ter um desempenho escolar preocupante. Pesquisa feita...na região metropolitana de São Paulo, mostrou que filhos de mães chefes de família...tinham um desempenho até melhor do que o das crianças com a presença paterna em casa.” (Del Priore, 2011, pp. 227/230)

Já o pai que assume sozinho a criação e educação dos filhos é visto como uma espécie de herói ou santo, o que deixa claro o machismo ainda existente no Brasil em pleno século XXI.

A partir de 1990, com mudanças nas leis referentes à adoção, pessoas solteiras de ambos os sexos passaram a ter direito de adotar crianças, desde que fossem maiores de 21 anos e mantivessem espaço de 16 anos entre o adotante e a criança adotada, e comprovassem condições financeiras e psicológicas para adotarem, segundo a Lei Federal nº 8.069 de 13/07/1990. Abriu-se assim um novo leque de possibilidades de modalidades familiares: pai solteiro de filhos naturais ou adotados; mãe solteira de filhos naturais ou adotados; pais casados de filhos naturais ou adotados e pais em união estável de filhos naturais ou adotados.

Em 2003 entrou em vigor o novo Código Civil Brasileiro, onde reduziu-se a idade mínima do adotante para 18 anos, mantendo-se a diferença de 16 anos entre os envolvidos. Em 2009 foi aprovada uma nova lei de adoção, a Lei nº 12.010/2009, quando criou-se o Cadastro Nacional de Adoção. Famílias monoparentais, biológicas ou adotivas desfrutam dos mesmos deveres e direitos, surgem por opção ou imposição e até, em alguns casos, de forma ilegal, com a chamada “adoção à brasileira”, quando o adotante pula todas as fases do processo de adoção, indo

direto à parturiente disposta a dar o filho à adoção, então, o adotante registra o recém nascido em seu nome, como filho natural. Esse crime prevê pena de até 6 anos de prisão.

Cada vez mais as pessoas com reposicionamento de gênero ou transgêneros, vêm conquistando direitos civis, como o uso do nome social escolhido por eles e o direito de adotarem filhos. O fenômeno transgênero não é propriamente uma novidade, desde a década de 1970, vem ganhando espaço no Brasil:

“Em novembro de 1979, a imprensa foi sacudida pela notícia: Valdir Nogueira, agora Valdirene...seu médico, o cirurgião plástico Roberto Farina...mudara-lhe o sexo...uma prática médica largamente difundida...nos Estados Unidos...Segundo estimativas do próprio Farina, haveria um transexual em cada 1000.000 pessoas.” (Del Priore, 2011, p.217)

Essa operação deu-se em 1971, mas somente em 1979 veio a público, o médico sofreu processo, Valdirene perdeu o direito ao nome social e tudo graças ao preconceito do procurador de justiça Luís de Mello Kwjowski. Em algumas culturas, como a da Índia e os Inuits, além de diversas tribos indígenas americanas, africanas e das sociedades do Pacífico, dentre elas a Austrália e a Nova Zelândia, essas pessoas são respeitadas desde a antiguidade, são o chamado “terceiro sexo”. A palavra transexualismo é recente, refere-se às mudanças feitas no corpo através de cirurgias e hormônios, foi usada pela primeira vez em 1953, pelo médico alemão Henry Benjamin em seu livro *O Fenômeno Transexual*.

Somente em 1997 o Conselho Federal de Medicina regulamentou essas cirurgias no Brasil, mas apenas em 2008 o governo oficializou através do SUS, dando às pessoas com “redesignação sexual” o direito à mudança de nome e demais direitos. Celebidades como as modelos Roberta Close e Lea T, a cartunista Laerte, o escritor João Nery, o empresário Tommy Miranda, são alguns exemplos de pessoas transexuais no Brasil. A maioria deles são mães e pais de família.

Roberta Close foi a precursora, na mídia brasileira, do transexualismo. A maioria dos brasileiros na década de 1980, nem supunha que um ser humano poderia mudar seu sexo. Era um assunto restrito somente aos interessados e ainda assim, tabu. Roberta surgiu como uma mulher belíssima, uma modelo vinda da Europa, todos os homens a desejavam na abertura do Fantástico, programa das noites de domingo da “família brasileira”, de repente, ela abre sua história à imprensa e causa comoção geral. A figura histórica de Roberta Close deveria ser estudada em livros didáticos! Seria um excelente início para a aceitação da diversidade de gênero.

Figura 5: “Roberta Close”, modelo e atriz transexual brasileira. Primeira modelo transexual a posar para a revista masculina Playboy



Fonte: Página do Twitter @Roberta_Close⁸

A modelo e estilista Lea T, também surgiu na mídia brasileira vindo da Europa. Celebridade por ser “o filho” do jogador de futebol Toninho Cereso, apareceu como alvo de *bullying* por parte dos “machos” desportistas e apreciadores de futebol, que buscavam humilhar o pai da modelo. Mas logo esses mesmos *bullys* tiveram que render-se à coerência de Toninho Cereso, que veio a público defender a filha e declarar seu amor e respeito a ela, que foi convidada a dar entrevistas em diversos programas brasileiros e participou como convidada do São Paulo Fashion Week de 2011 e dos demais até hoje.

⁸ Figura 5 – Disponível em: < https://twitter.com/roberta_close > Acesso em fevereiro de 2016.

Figura 6: “Lea T”, estilista e modelo transexual brasileira.



Fonte: Página Jornal Folha Vitória⁹

Thammy Miranda, filha da cantora Gretchen, surgiu para a mídia como uma belíssima dançarina, uma mulher sensual, cheia de apelo sexual, que despertava o desejo dos homens, posou para revistas masculinas, fez filmes para o mercado pornográfico, “de repente”, surge essa mesma pessoa “transformada” em homem. Já não era novidade, não causou tanta comoção, mas foi mais um trans homem se assumindo e vindo a público, defendendo seu espaço e seus direitos.

Figura 7: “Thammy Gretchen”, empresário, ator, cantor, compositor e modelo transexual.



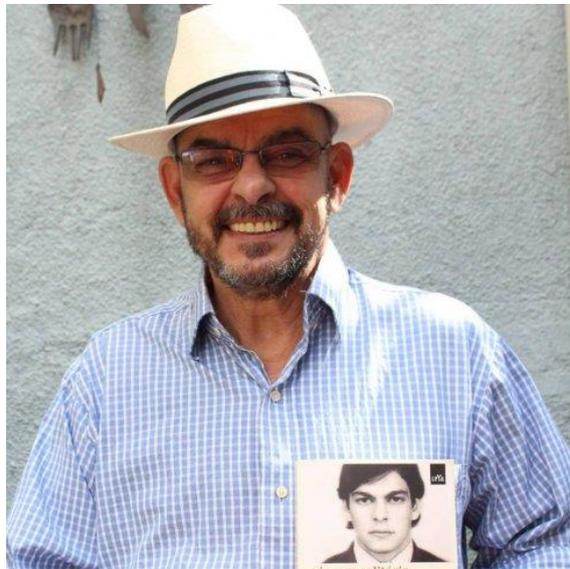
Fonte: Página do Twitter @ThammyGretchen¹⁰

⁹ Figura 6 – Disponível em: < <http://midias.folhavoria.com.br/files/2015/06/332630540-lea-t.jpg>> Acesso em fevereiro de 2016.

¹⁰ Figura 7 – Disponível em: < <https://twitter.com/thammygretchen>> Acesso em fevereiro de 2016

João Nery é escritor. O que o faz diferente? João Nery é o primeiro trans homem do Brasil. Psicólogo de formação, foi obrigado a abrir mão de seu direito ao título quando assumiu sua identidade masculina, passou a ser taxista, casou-se, teve filhos, é pai e marido e luta pelos direitos de transexuais em todo Brasil. Contou sua história pessoal no livro “viagem solitária - MEMÓRIAS DE UM TRANSEXUAL TRINTA ANOS DEPOIS”.

Figura 8: “João W. Nery”, considerado primeiro homem transexual a ser operado no Brasil.



Fonte: Página Esquerda Diário¹¹

Laerte Coutinho, cartunista, contemporâneo de Henfil e outros artistas brasileiros da década de 60, é um orgulhoso pai de família, ex marido de mais de uma mulher, já na terceira idade, assumiu-se transexual, desabafou sua não completude por toda a vida, sua identificação pessoal com uma identidade sexual feminina não vivida. Ainda levou um tempo para assumir-se também homossexual, hoje, além de ativista pelos direitos LGBTs, é também apresentador de um programa de Tv que entrevista celebridades intelectuais e artísticas sobre assuntos da atualidade. Figura 9: “Laerte Coutinho”, reconhecido como um dos maiores cartunistas do país.

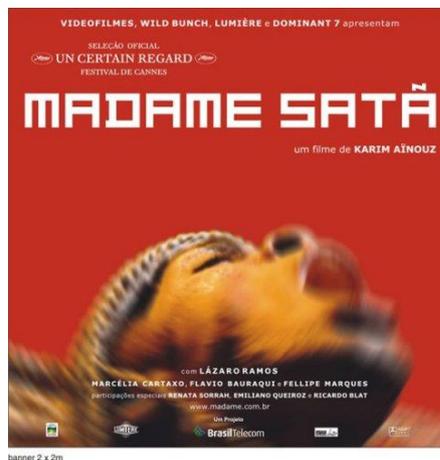
¹¹ Figura 8 – Disponível em: < <http://www.esquerdadiario.com.br/Joao-Nery-Respeitar-a-diversidade-sexual-tem-que-ser-um-exercicio-diario>> Acesso em fevereiro de 2016.



Fonte: Página Revista Galileu (Foto: Rafael Roncato)¹²

Um caso muito curioso na História do Brasil é o do transformista carioca, “Rei do Carnaval”, conhecido como Madame Satã. Vivendo uma relação de poliamor com a transexual Tabu e a prostituta Maria, adotou a filha desta última e, apesar de muitos percalços, criou-a com a mãe, sua história pode ser vista em livro e filme intitulados Madame Satã¹³.

Figura 10: “Madame Satã”, dirigido por Karim Ainouz.



Fonte: Página ONORDESTE.COM¹⁴

¹² Figura 9 – Disponível em: < <http://revistagalileu.globo.com/Revista/noticia/2013/12/laerte-coutinho.html>> Acesso em fevereiro de 2016.

¹³ Madame Satã, filme de 2002, lançado em 08/11/2002, direção de Karim Ainouz e estrelado por Lázaro Ramos.

¹⁴ Figura 10 – Disponível em: < <http://www.onordeste.com/administrador/personalidades/imagemPersonalidade/40f7c2c86906d6db646aaefa0b7d27bc38.jpg>> Acesso em fevereiro de 2016.

É óbvio, entretanto, que o preconceito ainda abunda contra essas pessoas e suas famílias:

“A diferença entre a velha esquerda e a nova...é que, para a velha, a classe que salvaria o mundo seria o proletariado...para a nova é todo tipo de grupos de ‘excluídos’: mulheres, negros, gays...Como os gays são um grupo de grande poder aquisitivo...fazer a ordem econômica aceita-los foi muito fácil...tudo que eles querem é andar de mãos dadas...e ir à reunião de pais e mestres na escola do filho. O politicamente correto...se caracterizará por ser um movimento que busca moldar comportamentos, hábitos, gestos e linguagem para gerar a inclusão social desses grupos...um salto para virar ações afirmativas...leis e políticas públicas...” (Pondé, 2012, pp. 30/31)

Acreditar na “novidade” das famílias não tradicionais não deixa de ser uma demonstração de ingenuidade. Sempre existiram e cada vez mais existirão, independente dos preconceitos, discriminações ou anuência, ainda que forçada, da sociedade. Homossexuais jamais deixaram de formar famílias, ainda que escondidos ou disfarçando, casando-se com mulheres, mas continuando com suas vidas paralelas.

1.1 FAMÍLIAS TRADICIONAIS E SUA RELAÇÃO COM AS NOVAS MODALIDADES FAMILIARES

A tradicional família nuclear, formada por um casal heterossexual e seus filhos naturais ou biológicos, ou até mesmo os filhos adotivos, ainda forma a maioria das famílias brasileiras, porém, cada vez mais têm que conviver com as novas modalidades familiares. Em sociedade, já é comum que famílias diversas convivam no mesmo ambiente, nas escolas principalmente é cada vez mais comum o convívio de filhos de famílias tradicionais com filhos de famílias pós modernas.

De que maneira essas relações podem se dar de forma harmoniosa? Primeiramente, mantendo-se a “regra de ouro” social do respeito, com base no princípio filosófico da Deontologia:

“ Deontologia. Esta palavra vem do grego *deon*, ligado à noção de dever. Na prática, significa seguir as regras da moralidade. As próprias regras são predefinidas como “boas”. Segui-las, portanto, é “certo”. Se a maioria segui-las, a sociedade será “justa”.” (Marinoff, 2012, p. 45)

Cabe aos professores, sacerdotes cristãos, orientadores pessoais de qualquer área, a conscientização das pessoas, das famílias tradicionais, ainda em maioria, a exercerem o respeito ao outro em sua alteridade, o respeito ao próximo, dentro das próprias regras de suas crenças.

O século XXI vem trazendo maior tolerância e quebra de tabus. Em 2013, no Brasil e em 2015 nos Estados Unidos, foram homologadas as leis que tornam possível o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, garantindo-lhes todos os direitos dos demais casais. Mas principalmente, garantindo-lhes o respeito que sempre pleitearam.

Se a Constituição de 1988 vinha trazendo as revoluções para a família tradicional, como o reconhecimento das uniões estáveis e a legitimação de todos os filhos, nascidos ou não no casamento, dando-lhes iguais direitos, as novas leis de adoção de 2011 e a do casamento homo afetivo de 2013 consolidaria o novo modelo familiar, o casal homo afetivo com filhos.

Vistos como “doentes” e “aberrações” no início do século XX, como nos diz Mary Del Priore, no século XXI os homossexuais ganham respeito como cidadãos. Ainda que alguns pensadores, como Pondé, coloquem essa conquista apenas no rol do politicamente correto, desmerecendo toda a luta de mais de um século dos homossexuais por seus direitos, assim como faz

com as conquistas das mulheres, luta de mais de dois séculos. Um pensamento tão antigo que Gilberto Freyre fala-nos a respeito dele já no início do século XX:

“...a homossexualidade se tornava alvo de estudos clínicos. O homossexual não era mais um pecador, mas um doente, a quem era preciso tratar. Tudo podia começar com uma ‘amigação’ num colégio para rapazes...tipos dengosos, quase sinhazinhas faziam-se notar pelos trajes de veludo, pelas sobrecasacas à Luís XV com rendas nos punhos, pelas golas de pelúcia dos casacos, muita brilhantina no cabelo...” (Gilberto Freyre in Del Priore, 2011, p. 95)

Eram chamados de “frescos”, de forma pejorativa, esse olhar fica claro nos filmes *Poucas Cinzas*, sobre a vida e o círculo de amigos do célebre pintor Salvador Dalí e *O Jogo das Imitações*, sobre a vida do inventor do computador, ambos mostram histórias de homossexuais célebres na primeira metade do século XX. O primeiro a usar esse termo pejorativo foi o Dr. José Viveiros de Castro, em 1894, em seu livro *Atentados ao pudor: estudos sobre as aberrações do instinto sexual*. Era muito diferente o olhar da sociedade sobre a homossexualidade masculina, execrada, e a feminina, à qual fazia-se vista grossa, da mesma forma se dava com a questão da masturbação e do prazer, as mulheres não existiam para “esses assuntos”.

“A repressão sexual era profunda entre as mulheres e estava relacionada com a moral tradicional. A palavra ‘sexo’ não era nunca pronunciada, e saber alguma coisa ou ter conhecimento sobre a matéria fazia com que elas se sentissem culpadas.” (Del Priore, 2011, p. 118)

As escolas e associações médicas europeias pregavam pela “vida sexual normal”, era o sinônimo de amor, união, paternidade, maternidade e família, as “mocinhas” totalmente ignorantes do assunto, esperando pelo “príncipe encantado” e os rapazes tendo explorado amplamente o assunto nos bordéis. Mas entre as moças, a história era outra, como vemos nos livros de Cassandra Rios, Adelaide Carraro, Simone de Beauvoir, Anís Nin e no exemplo de Frida Khalo, ou ainda, como vemos no filme brasileiro *Flores Raras*. A homossexualidade feminina era melhor tolerada. Cabia à família reprimir os arroubos das moças e rapazes “transviados” a qualquer custo, qualquer custo mesmo, inclusive internando-os em “casas de repouso”, sanatórios ou hospícios mesmo, enviá-los para a Europa era o meio mais utilizado pelas famílias abastadas. As famílias contavam ainda com o auxílio do Estado:

“A puberdade acarreta para os jovens de ambos os sexos perigos não só de ordem física, mais ainda de ordem moral, cumprindo ao Estado preservá-los o mais possível de tais perigos.” (Lemos Brito [1913], in Del Priore, 2011)

Essa ajuda do Estado incluía horrores como transplante de testículos nos homens e extirpação do clitóris na mulheres, os hospícios também eram bastante utilizados e aí, os horrores

eram indescritíveis. Qualquer sugestão de feminilidade nos homens era ferozmente perseguida, os jornais e revistas das décadas de 1920 e 1930 ridicularizavam-nos chamando-os de “libélulas”. A homossexualidade era considerada não só imoral, mas uma doença a ser erradicada.

“Durante os anos 30, o médico Leonídio Ribeiro consagrou-se graças a estudos sobre endocrinologia, relacionando-a com as ‘anomalias do instinto sexual’. Estas seriam o reflexo de mau funcionamento das glândulas. O remédio era o transplante de testículos, inclusive de carneiros ou grandes antropoides.” (Del Priore, 2011, p.157)

A homossexualidade estava automaticamente atrelada ao crime, a todos os crimes, existir como homossexual era o próprio crime. Na Europa, os homossexuais eram quimicamente castrados, como vemos no filme *O Jogo das Imitações*, era forçoso erradicá-los em prol da família, da moral, sua existência era o mal em si. Entre as décadas de 30 e 60, grande número de homossexuais migraram para os grandes centros urbanos, Rio de Janeiro e São Paulo, fugindo da perseguição e da repressão por uma “vida normal” em suas cidades. Tidos como esquizofrênicos, fugiam da possibilidade real de serem internados em hospitais.

Foi em 1947 que se ouviu pela primeira vez, em tom de escândalo, vindo do médico Dr. Jorge Jaime, e seu livro *Homossexualismo Masculino*, que os homossexuais deveriam ter o direito de se casarem, mas seu texto vai além:

“Existem milhares de invertidos que vivem maritalmente com indivíduos do seu próprio sexo. Se fosse concedido o casamento ente homens não se criaria nenhuma monstruosidade: apenas, se reconheceria por um estado de direito, um estado de fato...” (Jaime, 1947)

Foram precisos 66 anos para que o “diagnóstico” tornasse-se realidade. Muito mais do que “politicamente correto”, o casamento homo afetivo tem que ser um direito, reconhecido e respeitado, por que foi conquistado com luta, com empenho de quase um século. Em um país onde tantas crianças esperam por adoção, seria absurdo negar a esses casais a chance de serem pais e mães, negar a essas crianças a possibilidade de um lar e uma família.

“O casamento entre homossexuais teria outras vantagens além de sinalizar a anormalidade do casal: evitaria a prostituição masculina, impedindo, ao mesmo tempo, que jovens inocentes se casassem com ‘invertidos’.” (Jaime, 1947)

Não superou-se na sociedade o temor pela extinção da família, tão comum nas décadas de 1960 e 1970, onde revistas de grande circulação, como a *Ele&Ela*, que discutiam incansavelmente o fim do casamento, da família, a revolução sexual, a liberação das mulheres e o uso de drogas. A partir da década de 1970, questões sobre o movimento gay ou *gay power*, norte-

americano, começaram a surgir nas revistas. Esse movimento pregava visibilidade e legitimidade para o amor entre pessoas do mesmo sexo. A homossexualidade e qualquer expressão sua nunca teve muita aceitação por parte das revistas, sendo sempre tachada de “desvio” e “doença”. Era o mesmo período em que a atriz Leila Diniz, mulher que declarava-se livre e independente, divorciada, exibindo sua barriga de grávida na praia sem pudores, corria o risco de ser presa simplesmente por ser quem era e dar “mau exemplo”.

A repressão violenta contra as mulheres no Brasil estendeu-se até a criação da Lei Maria da Penha em 2006 (Lei nº 11.340/06), ainda que as delegacias de mulheres já existissem desde o final da década de 1980. Casos de violência e morte como o de Doca Street e Ângela Diniz em 1976, e muitos outros ganharam destaque nas mídias. “Fumar, usar biquíni e ver Malu Mulher” eram razões alegadas por alguns homens por seus atos de extrema violência contra as mulheres, como vemos em Del Priore. Hoje temos famílias de todos os tipos e todas elas são válidas, viáveis e têm direitos garantidos.

1.2 VIOLÊNCIA E RELAÇÃO FAMILIAR: SUA RELAÇÃO COM A EVASÃO ESCOLAR

A descoberta da diversidade de orientação sexual dá-se cedo. Em geral, por volta dos três anos, quando o ser humano, segundo Freud (1968), toma consciência de seu corpo e do prazer por ele gerado e ou proporcionado através da masturbação. Desde cedo, o ser humano identifica-se mais com um ou outro sexo para si e sente-se atraído por um ou outro sexo, ainda que apenas muito mais tarde, cerca de uma década, com a puberdade, venha a se conscientizar de sua sexualidade.

Aos três anos, grande parte das crianças já frequenta uma escola, já foi ou vai à igreja junto com sua família e já interagiu com grande número de pessoas adultas e outras crianças. Algumas vezes já é possível identificar “diferenças” no comportamento de algumas dessas crianças. Uma menina com comportamento mais identificado com meninos ou vice versa, dentro daquilo que foi padronizado pela sociedade em que vive e está sendo sociabilizada e que, define seu gênero. Roupas, brinquedos e demais elementos culturais as colocam nesse ou naquele lugar, que algumas vezes, no caso das pessoas transexuais, não se adequam ao que elas mesmas reconhecem em si.

Homossexuais e transexuais desde muito cedo têm que conviver com a sensação de não “caber” em seu mundo, isso, quando pensamos na maioria das famílias e da sociedade, que prevê a heterossexualidade como o “normal”. Desde muito cedo essas pessoas sentem-se violentadas no que há de mais íntimo em si, sua *persona*, como definiu o psicólogo suíço Carl Gustav Jung (2005). Em alguns casos, a violência vai além do abstrato mundo interior, manifesta-se mesmo no exterior, de forma física, com pais que batem cada vez que a criança manifesta um comportamento que para ela soa natural, mas que não “cabe” em seus padrões sociais.

Ao chegar em idade escolar, essa criança, que já se vê tão diferente das outras e que, muitas vezes sequer compreende o que lhe acontece, passa a sofrer ainda mais violência. Seja por colegas e muitas vezes, até por professores e funcionários da escola. Como essa criança pode ter um bom desempenho escolar? Como essa criança pode se sentir parte daquele “mundo”? É preciso que, o quanto antes, professores e funcionários da Educação se conscientizem, realmente, independente de suas crenças pessoais, da necessidade de aceitação e interação da alteridade no ambiente escolar, um dos mais importantes da vida das pessoas.

Muitos transexuais e travestis evadem-se da escola ao concluírem o Ensino Fundamental, que o fazem com dificuldade frente ao *bullying* que em geral sofrem.

“...ser alvo de zombaria ou implicância, ser tratado de forma injusta ou ser vítima de um crime não violento, causa um mal estar que vai de leve a extremo e que fica profundamente (as vezes de forma nociva) registrado na memória...O problema é que repassar um episódio de mal estar pode ser como vive-lo de novo, porque as lembranças de maus sentimentos produzem os maus sentimentos equivalentes” (Marinoff, 2012, p.97)

Sobra-lhes poucas oportunidades de crescimento profissional, já que o mercado de trabalho também não os aceita e menos ainda os absorve, como vemos diariamente na sociedade. Resta-lhes algumas áreas específicas, quando podem cursar cursos técnicos e profissionalizantes, como é o caso de cabeleireiros, maquiadores, estilistas, mas, e aqueles que não contam com o apoio de suas famílias, muitas vezes, nem para ter onde morar, fazem o quê? Ainda é comum que pais de filhos transexuais e travestis, às vezes homossexuais simplesmente, os expulsem de casa, da convivência da família e do “universo” que conhecem pelo simples fato de não “caberm” nos moldes que os pais têm por “certos”, como vemos no documentário já citado, “Favela Gay”.

Também por isso a prostituição acaba sendo tão comum entre travestis e transexuais, por não verem outra forma de sobrevivência, seja financeira, seja afetivo-social, já que sentem-se acolhidos por seus “pares”. Forma “famílias” com suas e seus amigos.

“...homossexualismo não é perversão, pecado nem crime. É provável que parte do homossexualismo tenha base biológica, como demonstra o trabalho contemporâneo de Simon LeVay (em seu livro *The Sexual Brain*)...ninguém deveria ser livre para estigmatizar outros por não viver conforme o que se acredita. A homossexualidade sempre foi um fato da vida humana...a longo prazo, e mais merecedor da orientação dos pais, é como descobrirá sua excelência pessoal, seus talentos especiais, seus interesses específicos e como os desenvolverá. Suas aptidões intelectuais, artísticas ou outras, assim como a formação do seu caráter moral e cívico, são muito mais importantes que suas preferências sexuais. Ele precisa que os pais o ajudem a encontrar direção, significado e objetivo na vida e que o apoiem e ajudem a encontrar limites úteis para suas explorações.” (Marinoff, 2012, p. 213)

Existem exceções? Claro, mas precisam se tornar a regra! Hoje, uma transexual é reitora de uma Universidade no Ceará. Travestis e transexuais candidataram-se e venceram eleições no Nordeste e outras regiões do Brasil. Homossexuais defendem abertamente seus direitos e têm no Deputado Federal Jean Wyllys sua voz forte no Congresso Nacional. Mas, esses, ainda são a exceção.



Fonte: Página “Catraca Livre”¹⁵

Figura 8: Luma Nogueira é a primeira travesti do Brasil a ser professora universitária e Reitora de uma Universidade Federal. Doutora em Educação pela UFC, Luma Nogueira foi empossada em 2014 como a primeira reitora travesti do mundo, na Unilab, no Ceará. Um marco e um grande avanço para a comunidade LGBTS.



Fonte: Página do Twitter Jean Wyllys "@jeanwyllys_real"¹⁶

Figura 9: Jean Wyllys é deputado federal e ferrenho defensor dos direitos LGBTS e outras minorias. Premiado internacionalmente por seu trabalho, engajamento e militância, é professor universitário, escritor e apresentador de Tv.

¹⁵ Figura 8 – Disponível em: <<https://catracalivre.com.br/geral/cidadania/indicacao/universidade-no-ceara-pode-nomear-primeira-reitora-trans-do-brasil/>> Acesso em fevereiro de 2016.

¹⁶ Figura 9 – Disponível em: <https://twitter.com/jeanwyllys_real?lang=pt> Acesso em fevereiro de 2016.

2. A ESCOLA E SEU NOVO PAPEL CONSCIENTIZADOR

A escola ocupa, sem dúvida, o segundo lugar no ranking de importância e permanência de uma pessoa em sua principal fase de crescimento e formação, ou seja, entre os 05 e os 15 anos, perdendo apenas para o lar familiar, a própria casa no convívio com a família. É impossível portanto ignorar seu papel fundamental na formação do sujeito, cimentando suas ideias e ideais, conceitos e preconceitos. Nestes novos tempos, é necessário que a escola se adeque às mudanças sociais, às mudanças nos moldes familiares e inclua esse tema em seus saberes e ensinamentos.

Não se trata somente do “politicamente correto”, não praticar bullying com os diferentes e as diferenças, não discriminar ao outro, mas é um caso de educação histórico-social efetiva.

“O politicamente correto, assim nesse momento, se caracterizará por ser um movimento que busque moldar comportamentos, hábitos, gestos e linguagem para gerar a inclusão social desses grupos e, por tabela, combater comportamentos, hábitos, gestos e linguagem que indiquem uma recusa dessa inclusão.” (Pondé, 2012, p.31)

Esse saber “politicamente correto” deve caber à família, o saber e o ensinar, afinal, esse tipo de educação deve vir de casa, do berço, à escola cabe o ensino de fato, sobre as mudanças, evoluções e conquistas histórico-sociais, de forma plena, partindo do microcosmo da sala de aulas, para o macrocosmo da História pelo mundo. História de Gêneros, de movimentos e revoluções, suas conquistas, seus percalços.

Esse ensino conscientizador, crítico, inclusivo, vai além das cadeiras, matérias, disciplinas, é multidisciplinar, interativo, precisa de tudo e do todo. Tem que ser abrangente e ministrado por gente especializada. Gente que compreenda os processos, as revoluções, as evoluções e sobretudo as conquistas como tal e portanto, merecendo ser valorizada e respeitada.

Somos sempre um empenho de viver. Viver é deixar-se libertar para o empenho. Liberando as condições de viver, a existência se dá como o penhor de todo empenho e desempenho. É a questão! E por isso também é a questão que mora no fundo das questões sobre ensinar e aprender.” (Leão, 1977, p.44)

O texto dos Parâmetros Curriculares Nacionais para as diversas disciplinas da área de Ciência Humanas (História, Geografia, Sociologia e Filosofia) para o Ensino Fundamental e Médio prescreve e reforça a preocupação com a inclusão da diversidade em toda sua extensão.

“Os alunos deverão ser capazes de conhecer e respeitar o modo de vida de diferentes grupos sociais, em diversos tempos e espaços...Reconhecer mudanças e permanências nas vigências humanas...respeitar a diversidade , reconhecendo-a como direito dos povos e indivíduos...” (PCNs, in Fonseca, 2009, p. 29)

2.1. A QUESTÃO DE GÊNERO

As pesquisas ou estudos sobre a questão de gênero nas Ciências Humanas, em especial na História e na Sociologia, um pouco menos, mas também na Filosofia, surgiram com a consolidação da *École des Annales*, no início do século XX, na França. Com a História Cultural ou de Costumes, surgiu também o estudo dos gêneros, que tiveram em George Duby um dos seus precursores e incentivadores, em especial escrevendo sobre as mulheres, como em seu livro *Damas da Idade Média*, mas foi na década de 1960 em diante que os estudos de gênero ganharam força real, com as revoluções feministas e o *gay power*.

Atualmente, pode-se definir os estudos de gênero de muitas formas, uma delas:

“A teoria de gênero afirma que nossa sexualidade é socialmente construída. Nada há nela de biológica. Assim sendo, as sociedades constroem os gêneros na dependência do poder das classes sociais ou dos grupos ‘malvados’ da vez.” (Pondé, 2012, p. 79)

Essa é só uma visão possível, bastante parcial aliás, sobre um assunto tão abrangente, mas mesmo esta visão está correta em alguns pontos, quando diz, por exemplo, que a sexualidade é socialmente construída, mostra a visão de uma parcela da sociedade. Outra parcela defende a emocionalidade desta construção em detrimento da biologia ou da sociedade, ou seja, a definição de gênero estaria ligada mais à forma como o indivíduo, em si, se sente e se vê. Claro que nem todos concordam com essa teoria.

“Para esses fanáticos, homens e mulheres não existem da mesma forma que cães e gatos, mas são projetos ideológicos. Todas as diferenças de temperamento, comportamento, expectativas e mesmo biológicas são fruto do patriarcalismo.” (Pondé, 2012, p. 81)

E outros ainda, procuram estudar com imparcialidade e compreender a questão, que sequer é nova, de maneira científica, ou seja, isenta de pessoalidade.

“Em nossa cultura, a maior parte das pessoas que recusam o sexo que lhes foi determinado no nascimento prefere tratar do assunto com discrição. Mas há culturas em que as pessoas vivem com um sexo diferente do original e com um status social que as valoriza: é o terceiro sexo. É o caso das Hijras na Índia...Entre nós, ser transexual é um destino individual e não há previsão de um status social específico para esses indivíduos...” (Del Priores, 2011, pp. 218/219)

O fato, segundo relatos desses transexuais, é que todos eles, homens ou mulheres, sentem-se “prisioneiros” de seus corpos, que não reconhecem como seu. Não se trata de um desejo ou opção, mas de uma profunda certeza ou convicção de não serem aquilo que a biologia lhes

impõe pelo nascimento. Mais do que mulheres e homens, os estudos sobre as questões de gênero precisam também englobar os transexuais, os bissexuais, os homossexuais e, por que não, os assexuados, pessoas que afirmam simplesmente não se verem tendo qualquer sexo ou libido, ou seja, não se rotulam como homem ou mulher e não desenvolvem desejo sexual por nenhum gênero, abstendo-se completamente de sexo.

Buscar enquadrar ou rotular cada situação, tão plural, em nossos dias, não leva a lugar nenhum, biológica, psicológica, social, nenhuma dessas “caixas” pode comportar absolutamente os gêneros que se impõe de fato e de direito. É mais do que necessário que este assunto seja abordado, na família, na escola e demais sistemas ou organismos sociais imediatamente, de forma séria e consistente, para que as situações de preconceito e violência contra o outro, a alteridade, cessem em nossa sociedade.

2.2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA QUANTO AO GÊNERO

Em pleno século XXI, com nossa realidade tão completamente global e globalizada, não podemos considerar como algo concernente aos *hipsters* a questão de uma educação inclusiva quanto ao gênero, e essa “educação” deve necessariamente começar a partir da direção e demais lugares na escola, ou seja, tratar, de fato, cada educando como um indivíduo, um ser único, ainda que social. Perpetuar o preconceito, a não aceitação de fato, não pode mais ser possível.

Questões de cunho administrativo, como o uso de uniformes e banheiros dentro da escola não podem mais prever apenas meninos e meninas no sentido biológico. Nomes que não correspondem ao gênero individualmente reconhecido não são mais aceitáveis, ou, não deveriam ser. Crianças que não aprendem a compreender e aceitar, mais do que isso, respeitar o outro em sua alteridade, tornar-se-ão jovens e adultos intolerantes, preconceituosos e até, quiçá, violentos.

“Provavelmente o acontecimento mais importante do período de socialização é o ingresso na escola. Este acontecimento desperta na criança perspectivas por vezes contraditórias de alegrias e pesares. Como em todos os eventos da vida, o fausto e o infausto estão presentes, também, quando se ingressa na escola.” (Enderle, 1987, p. 98)

Mas, como alcançar esse ponto, de saber o gênero além da biologia com um ou uma aluna? Quem responde é ninguém menos que Paulo Freire:

“...dialogar com o aluno para captar o seu ‘pensamento-linguagem’ e a sintonia deste com a realidade concreta em que ele vive...captar o que ele chama de ‘tema gerador’. Essa tarefa implica esforço conjugado do professor e do aluno numa ‘operação simpática’, sendo ambos sujeitos do processo.” (Paulo Freire, in Enderle, 1987, p. 102)

Não se trata de tarefa fácil, sem dúvida, mas professores conscientes são buscam por facilidades, é preciso trabalhar em conjunto com as famílias, sobrepujando os preconceitos, inclusive indo contra correntes religiosas imiscuídas nos sistemas políticos brasileiros, que fazem ferrenhos boicotes à educação inclusiva quanto ao gênero nas escolas, divulgando falácias como o ‘kit gay’, que tanto desserviço prestam à já deficiente educação no Brasil.

2.3. BULLYNING: COMO OS PROFESSORES DEVEM LIDAR?

Bullying é uma palavra inglesa que vem sendo muito utilizada no Brasil na última década, trata-se de algo “novo” para designar uma das coisas mais velhas da humanidade, ou seja, o ato de intimidar, humilhar e hostilizar o outro em sua alteridade. O bully, pessoa que pratica o bullying, em geral é um inseguro, que se apoia no preconceito e na agressividade para se auto afirmar. É comum que crianças pratiquem algum tipo de bullying até uma certa idade, é uma forma, ainda que equivocada, de delimitar seu próprio espaço e descobrir o espaço do outro, mas é preciso que tenha limite.

O ideal seria que o bullying fosse desestimulado em casa, pelos familiares, mas não é o que ocorre, ao contrário, em geral, é de casa que se traz os preconceitos. Seja por falta de informação, seja por questões religiosas ou morais, o fato é que as características particulares das famílias, em especial em seus preconceitos, são levadas para a escola e incentivadas a serem defendidas, ainda que violentamente, como se fosse a regra e não a exceção na sociedade.

Todos têm direito à liberdade de expressão, assim como todos têm direito à defesa de sua integridade, moral e física. Então, é preciso que os professores ajam, desde cedo, no intuito de extinguir o bullying, em prol do “bem viver” social. Mas, esse deve ser um dos poucos assuntos onde há um consenso, até mesmo os autores mais conservadores afirmam, o bullying deve ser desestimulado a partir de casa, do lar, da família.

“Se você encontra negros ou gays no mesmo restaurante em que vai jantar, começa a ficar feio dizer piadas desagradáveis diante deles. Antes de tudo, trata-se de um problema de educação doméstica.” (Pondé, 2012, p. 30)

“...preconceito de fato existe...num bom convívio devemos sim aceitar e respeitar, na medida do possível, as pessoas em suas diferenças...”(Pondé, 2012, p. 31)

Cabe à família educar, mas nem sempre isso acontece, e muitas vezes, a família deseduca, como vemos diariamente, dentro da sala de aula da rede pública municipal e é visão corrente, entre professores do Ensino Fundamental e Médio. Cabe aos professores educar para uma convivência social saudável e consciente, com ou sem preconceitos, mas sem dúvida, com respeito e essa consciência somente surgirá e se consolidará com a repetição e a abordagem maciças das

questões mais polêmicas, como as de raça, religião, gênero e aparência física. Cursos e oficinas, em sala de aula e fora dela, indicações de livros e filmes, pesquisas sobre o assunto. Todos os meios e metodologias a disposição devem ser utilizados pelos professores e por todo corpo escolar, no sentido de extinguir o bullying, já que é impossível extinguir os preconceitos.

“Se pensarmos no que diz Edmund Burke (século 18) sobre preconceitos, veremos que esses são mecanismos espontâneos de reação moral. Nesse sentido é muito difícil vencer preconceitos. Principalmente quando se trata de pessoas que creem que sua religião deve reger o mundo e que quem não crer nela é infiel e deve morrer.” (Pondé, 2012, p. 66)

3. AS MÍDIAS E AS QUESTÕES DE GÊNERO

Atualmente no Brasil, temos as mídias divididas em dois segmentos, que têm como alvo ou clientes, duas porções bem distintas da sociedade. De um lado temos as mídias (jornais impressos de baixo valor de venda, canais de Tv aberta de programação variada, canais de Tv aberta de programação religiosa pentecostais e católicas, estações de rádio com programação variada, estações de rádio com programação religiosa pentecostais e católicas, sites e redes sociais com grupos de *haters*, etc.) voltadas para a chamada “classe C”, e de outro, as mídias (jornais impressos tradicionais, canais de Tv paga, um canal forte de Tv aberta, sites e redes sociais, etc) voltados para as chamadas “classes A e B”. Além dos filmes e documentários, também voltados às “classes A e B” e claro, livros, revistas e revistas científicas, também voltados às “classes A e B”.

Através das mídias, a “classe C” é “ensinada”, doutrinação, a odiar tudo aquilo que não se pareça com ela mesma, ou seja, sai o preconceito racial contra negros e entra o preconceito contra brancos, ricos e cultos. É claro que nem todos os brancos são ricos e cultos, mas dentro da “pregação” para a “classe C”, são. Homossexuais e tudo relacionado a eles é demonizado ou satirizado de forma grotesca, “curas gay” são oferecidas e sequer trata-se de uma ideia nova, como nos mostra a historiadora Mary Del Priore.

Há a clara intenção de exacerbar o patriarcalismo e o conservadorismo nessas mídias para a “classe C”, a questão de gênero simplesmente não interessa e deve ser arrasada. É com essa visão que as crianças dessa camada da sociedade chegam à escola em geral, escolas públicas. A violência contra as minorias, a chamada “cultura do estupro” é a voga e cabe à escola desfazer esse erro, já que a sociedade não pode contar com as famílias nesses casos, ao menos, na maioria deles.

Para eles, a polícia e a própria escola, quando mostra-se mais liberal, além das “classes A e B”, onde colocam os professores, são inimigos e devem ser combatidos tanto quanto as “minorias”. Por outro lado, as mídias segmentadas às “classes A e B” também fazem um tipo de “pregação” ou “doutrinação”, mas a seu modo, de forma também proselitista, exacerbando o consumismo, a vaidade desmedida, a juventude e a beleza como capital e, as belezas e o *glamour* do mundo LGBT, falam das questões de gênero, o que é vantajoso, falam da força social e política das

minorias, “pregam” um novo mundo, onde não importa o gênero, a cor da pele, nada além do poder aquisitivo importa, tudo pode ser comprado, prazeres, beleza, juventude, absolutamente tudo, desde o corpo que se deseja até a alma que se quer ter.

“O homem e a mulher seriam ‘construídos social e historicamente’...a sexualidade chamada de teoria de gênero...remonta aos filósofos que foram os pais da modernidade. O primeiro deles é o italiano Pico della Mirandola...século 15...Pico afirma...que a natureza humana não era definida em princípio por pecado algum...podia ‘criar a si mesma’.” (Pondé, 2012, pp. 134/136)

De repente, no Brasil, em menos de cem anos, as “minorias” passaram de marginais a integrantes das “classes A e B”, mesmo os LGBTs que moram em favelas ou comunidades, são vistos como fazendo parte da elite. As novas famílias têm essa característica, ser *gay* e de elite. Cabe às escolas, à escola, trazer à baila todos os lados dessa questão tão ampla.

3.1 O PRECONCEITO GERADOR DE VIOLÊNCIA: ONDE NASCE? QUEM O PROPAGA?

Todos os conceitos, preconceitos, enfim, todas as referências sobre a alteridade e sobre as normas sociais nascem no lar, no seio familiar. Isso é inegável e imutável, só muito depois os ambientes externos começam a ter alguma influência sobre os seres humanos. Seria insensato afirmar que toda pessoa que apresenta comportamento de ódio, com preconceito e agressividade, tenha sido incentivado a isso no lar, por seus familiares, mas, uma coisa é certa, também não foi desestimulado ao comportamento agressivo lá.

Seja por omissão ou por ignorância, em todos os casos, a família tem papel preponderante no comportamento de ódio. Infelizmente, algumas religiões também incitam a esse tipo de comportamento. No Brasil, vemos especialmente os pentecostais perpetrando o preconceito e a violência contra LGBTs. Muito presente entre a “classe C”, surgem novas igrejas pentecostais quase a cada dia e, o que é mais impactante, estão cada vez mais fortes politicamente, já com uma bancada considerável no plenário do Congresso Nacional. São os autores de propostas como a retirada das aulas sobre sexualidade nas escolas públicas, que chamam pejorativamente de “kit gay”, e da infame proposta da “cura gay”. Também são contra o casamento homo afetivo, mesmo sendo uma realidade legal no Brasil e contra a adoção de crianças por casais homo afetivos, outra realidade legal do país.

Em outros países, a influência do Islã é que dissemina o preconceito com violência, não apenas contra LGBTs, mas também contra as mulheres, impedindo-as de estudar, ou ter qualquer liberdade conquistada pelas mulheres ocidentais. Mais do que uma questão cultural, é preciso que se respeitem os Direitos Humanos, que só podem ser respeitados se combatermos ferrenhamente esse tipo de preconceito disseminado por religiões.

“Movidos pela ideia rousseauiana de que o mais fraco politicamente (classe C) é por definição melhor moralmente, o exército do politicamente correto se transformou numa grande horda de violência na esfera intelectual nas últimas

décadas, criando uma verdadeira ‘cosmologia’ politicamente correta...” (Pondé, 2012, p. 32)¹⁷

“É óbvio que a religião em si não basta para fazer alguém violento, mas como ‘separar’ a cultura desses violentos do ambiente religioso em que vivem? Claro que todas as religiões conhecidas já tiveram ou têm elementos de violência em sua história...” (Pondé, 2012, p. 65)

“...é muito difícil vencer preconceitos. Principalmente quando se trata de pessoas que creem que sua religião deve reger o mundo e que quem não crer nela é infiel e deve morrer.” (Pondé, 2012, p. 66)¹⁸

“O maior inimigo de Deus são seus crentes fervorosos. Como dizia o filósofo alemão Heine no século 19. ‘Só se é traído pelos seus’. Refiro-me aos novos fundamentalistas, dos pentecostais que incorporam o Espírito Santo na periferia das grandes cidades do Brasil e do mundo aos muçulmanos...” (Pondé, 2012, p. 122)

A religião como elemento desagregador da paz social através de preconceitos e discriminações não é algo novo, nem será extinto, infelizmente. Mas vozes mais esclarecidas já se levantam, como é o caso do pastor Caio Fábio, do padre Fabio de Mello e do falecido padre Léo, entre os cristãos. Entre os islâmicos, ainda não há expoentes.

¹⁷ Rousseau definia o ser humano como bom ao nascer, e modificado pelo meio, além de considerar os mais pobres ou mais fracos, vítimas naturais e indefesas dos “poderosos”. Dentro desta visão vitimizadora, compatível também com a do “bom selvagem”, cria-se a ideia do oprimido e instantaneamente faz dele o baluarte de sustentação da sociedade.

¹⁸ Islâmicos e pentecostais são atualmente, no Brasil, os principais difusores de preconceitos contra homossexuais, basta que se participe de algum de seus cultos religiosos ou que se assista ou ouça algum de seus programas televisivos ou radiofônicos para que esse fato seja constatado.

CONCLUSÃO

Em um momento histórico em que o mundo fala, clama, de e por aceitação, em especial a partir da própria família, para as pessoas LGBTs, a final da sétima temporada do programa *RuPaul and the Drag Race* vem corroborar com esse movimento. O programa foi ao ar no dia 02/11/2015, no Brasil, pelo canal de Tv paga Multishow, a importância do amor familiar e os males da falta dele, como o risco de suicídio, por exemplo, foram bastante explorados. Pais homossexuais são bastante falados, mas é preciso também que se preste atenção aos filhos, que muitas vezes sofrem por toda a vida com o preconceito que nasce na própria família. Muitos pais são incapazes de ir além de suas próprias convicções em prol da felicidade de seus filhos, pelo simples fato de esses não se encaixarem nos parâmetros determinados pela sociedade em que vivem e foram sociabilizados. Mas, é preciso que os pais, por serem pais, pensem antes, na felicidade e bem estar de seus filhos, que não são cópias suas, mas pessoas, indivíduos independentes e únicos, singulares, com sentimentos e emoções próprias e distintas das de seus pais.

Figura 10: “RuPaul” Drag Queen Americana, responsável por realizar um reality show onde há competição entre Drag Queens, na busca de ser a próxima Drag Superstar da América.



Fonte: Página ENTRE TODAS AS COISAS¹⁹

¹⁹ Figura 10 – Disponível em: < <http://entretodasacoisas.com.br/2015/01/05/rupauls-drag-race-o-reality-show-que-quebrou-paradigmas-e-fala-sobre-aceitacao-lutas-e-amor/> > Acesso em fevereiro de 2016.

Os casamentos já não são mais “até que a morte os separe” em nossos dias, mas ser pais é e sempre será. Héteros ou homossexuais, pais e filhos estarão ligados para sempre, e é fundamental que esse laço seja de amor.

“Desde a década de 1980, o número de casamentos vem declinando e o de divórcios, aumentando. Quem contabiliza é o IBGE...já é chamada por cientistas sociais na Europa de ‘família pós-familiar’.” (Del Priore, 2011, p. 227)

Dentro de todas as modalidades familiares existentes no Brasil, reconhecidas e protegidas pelas leis, os filhos, naturais ou adotados, são sempre previstos e protegidos pelas leis do Código de Direitos da Criança e do Adolescente, toda criança deve ser protegida e respeitada, seja qual for sua peculiaridade.

“Para o psicanalista Sérvulo Figueira, professor da PUC do Rio de Janeiro, o estudo das chamadas ‘famílias pós-divórcio’ levava a uma constatação curiosa: a de que a modernização das estruturas familiares no Brasil tem um pé fortemente calcado no passado...se juntam filhos de casamentos anteriores...antiga família patriarcal, com muitos filhos legítimos e ilegítimos, irmãos, sobrinhos, primos, tios e agregados...um exemplo do Brasil arcaico e do moderno se contemplando.” (Del Priore, 2011, p. 229)

As mudanças naquilo que foi chamado de família por tantos séculos são inegáveis, inevitáveis, apesar dos brados dos ultraconservadores raivosos, todas as pessoas são previstas agora, não são mais “marginais”, como foram os homossexuais por tanto tempo, são protegidas pelas leis da maioria dos países, dentre eles o Brasil. Mulheres, homossexuais, transexuais, todos têm voz, todos têm direitos, todos são pessoas, filhos de alguém, que podem optar ou não em serem pais de alguém, com ou sem casamento e assim, formarem famílias novas, como novos são os tempos.

“A baixa dos índices de natalidade e fecundidade, o aumento de casais e de nascimentos fora do casamento, o aumento do número de divórcios apontam modificações na sociedade...Transformações econômicas, demográficas, culturais e sociais agiram para modificar tais relações...Os avós têm novo papel...os homossexuais começam...a ocupar a cena pública...É o começo do fim de uma sociedade que produzia sofrimento graças ao jogo da repressão, do interdito, da miséria sexual...a sexualidade liberou-se...tornou-se algo que se cultiva, que tem a ver com a identidade de cada um.” (Del Priore, 2011, pp. 235/236)

Crianças já são educadas sem definição de gênero por diversos pais, no Brasil isso ainda é novidade, mas em países da Europa principalmente, já se trata de realidade, pais de família assumem-se transexuais em idade madura, como foi o caso da cartunista Laerte, nada mais é proibido, feio, pecado. Vivemos novos tempos, onde tudo realmente é permitido e tem respaldo legal para ser respeitado. É novo que haja respeito, mas está longe de ser um assunto novo, só levou

mito tempo para ser visto. Na Idade Média a natureza humana era mais teológica do que biológica, eram os pecados e a culpa que definiam o ser humano, depois, com as teorias de Charles Darwin, a biologia venceu e hoje, é a *psique*, a alma quem nos define.

Falar de natureza humana, atualmente é obsoleto, a voga é a “transformação infinita de si mesmo”, como tão duramente critica o filósofo Luiz Felipe Pondé, pós doutor pela Universidade de Tel Aviv em Israel e professor da PUC de São Paulo, a quem citamos frequentemente como propagador de ideias a serem combatidas e derrubadas, como ponto de oposição às novas ideias e pensamentos em especial sobre a família, ou os religiosos fundamentalistas, mas já no século XV o filósofo Pico della Mirandola afirmava, em sua obra *Da Dignidade da Natureza Humana*, que a natureza humana não era definida em princípio por pecado algum, logo, podia criar a si mesma. Hobbes, Locke, Rousseau, todos pensaram a natureza humana, em séculos diferentes, sob aspectos diferentes, mas somente hoje, no século XXI, alcançamos a totalidade. Mas ainda é preciso que erradique-se o preconceito.

Preconceito que humilha, intimida, mata, direta ou indiretamente e que, ainda graça por todos os lugares, até mesmo onde, em prol da sabedoria, não deveria existir, a saber, na Academia. Pensadores famosos ainda pregam o preconceito, infelizmente.

“Para eles, a graça de Deus pousa apenas sobre os excluídos...e esses ‘excluídos’ são o ‘novo povo eleito’...esses teólogos da libertação resvalaram para um discurso no qual se vê claramente a herança de Rousseau, segundo a qual todo problema é político e, portanto, opressão dos ricos sobre os pobres.” (Pondé, 2012, p. 153)

“E quem somos? Indivíduos de muitas caras. Virtuosos e pecadores, oscilando entre a transigência e a transgressão...Severos com os transgressores que não conhecemos, porém indulgentes com os nossos...Ferozes com os erros dos outros, condescendentes com os próprios...” (Del Priore, 2011, p. 237)

Os caminhos trilhados para esta pesquisa foram desde a observação empírica, inclusive dentro de nossa própria casa, com um filho de vinte e um anos, gay, observando suas vivências e dificuldades, assim como as de seus amigos, até leituras de artigos científicos, livros, revistas e a exibição e discussão de filmes e documentários sobre o mundo LGBT e famílias não tradicionais, em especial os documentários veiculados pelo Canal Brasil de Tv paga. Todos esses recursos nos proporcionaram uma nova visão sobre as mudanças na sociedade decorrente da “aceitação”, no mínimo legal, do outro em sua alteridade.

As chamadas minorias, onde incluem-se as mulheres, são vistas finalmente com novos olhos e essa novidade deve ser ensinada nas escolas, desde o início, desde o letramento, para que o futuro da sociedade esteja garantido em sua diversidade, em sua pluralidade. As múltiplas áreas abarcadas (História, Filosofia, Psicanálise, etc.) dão margem para que todos os professores possam acrescentar algo aos novos saberes, à erradicação, quiçá, dos preconceitos, nas gerações futuras.

BIBLIOGRAFIA

- ALENCASTRO, Luís Felipe *et ali*. História da Vida Privada. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- ANDERSON, Perry. As Origens da Pós-Modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- ANDRADE, Maria C.C.. Mulheres Prostituídas. www.hottopos.com/seminario.
- ARIÉS, Philippe. História Social da Criança e da Família. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.
- _____ et DUBY, Georges. História da Vida Privada. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- AZEVEDO, Maria Amélia. Mulheres Espancadas: a violência denunciada. São Paulo: Cortez, 1985.
- BERQUÓ, Elza. “Arranjos familiares no Brasil”. In SCHWARCZ, Lilia. História da Vida Privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- CANDIDO, Antônio. “The Brazilian Family”. In SMITH, Lynn. Brazil, portrait of half a continent. Nova York: The Driden Press, 1951.
- CORRÊA, Mariza. Colcha de Retalhos: estudos sobre a família no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- COSTA, Jurandir F. Ordem Médica e Norma Familiar. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- DEL PRIORE, Mary. Histórias Íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil. São Paulo: Planeta, 2011.
- D’INCAO, Maria Angela. Amor e Família no Brasil. São Paulo: Contexto, 1998.
- ENDERLE, Carmem. Psicologia do Desenvolvimento – o processo evolutivo da criança. 2ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.
- FREUD, Sigmund. Obras Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1968.
- FREYRE, Gilberto. Modos de homem & Modas de mulher. São Paulo: Global, 2009.
- GHIRALDELLI Jr., P. A Pedagogia Marxista Brasileira e o Esgotamento das Energias Utópicas da Sociedade do Trabalho: um caso de não enfrentamento. In Educação e Razão Histórica. São Paulo: 1994.
- GIDDENS, Anthony. La transformation de l’intimité – sexualité, amour et erotisme dans les sociétés modernes. Rouergue: Centre National Du Livre, 2004.
- GIET, Sylvette. Soyez Livre! C’est un ordre: le corps dans la presse féminine et masculine. Paris: Autrement, 2005.

- GOODY, Jack. Family and marriage: the development of marriage and family in Europe. Londres, 1983.
- GREEN, James. Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Ed.Unesp, 1999.
- GREGORI, Maria Filomena. “Limites da sexualidade: violência, gênero e erotismo”. In Revista de Antropologia da USP, vol 1, 2008.
- JUNG, Carl Gustav. Los Arquetipos y Lo Inconsciente Colectivo – *in*. La Obra de Carl Gustav Jung. Vol. 9/1. Trad. Luciano Elizaincín. Madrid: Trotta, 2005.
- LIBÂNEO, José C. Didática. São Paulo: Cortez, 1992.
- LIMA, Raymundo de. Para Entender o Pós-Modernismo. In Espaço Acadêmico: Pernambuco, 2004.
- MARINOFF, Lou. Pergunte a Platão. Trad. Maria Beatriz de Medina. – 10ª ed.- Rio de Janeiro: Record, 2012.
- _____. Mais Platão Menos Prozac. Trad. Ana Luiza Borges. - 18ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2013.
- PONDÉ, Luiz F. Guia Politicamente Incorreto da Filosofia. São Paulo: Leya, 2012.
- PORGE, Eric. Os Nomes do Pai em Jacques Lacan. Rio de Janeiro: Cia. De Freud, 1998.
- ROUANET, Sérgio P. As Razões do Iluminismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SAFFIOTI, Heleith. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.
- SAVIANI, Demerval. Educação e Questões da Atualidade. São Paulo: Cortez-Tatu, 1992.
- SHORTER, Edward. The making of the modern Family. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- VAINFAS, Ronaldo. História e Sexualidade no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1983.